

Curso: Construção de Edifícios

Equipe:

Professor coordenador: EULER SOARES FRANCO

Alunos: Camila Silva Romoaldo

Liege Farias

Tailine Mendes Martins Dutra

**ESTUDO DA ACESSIBILIDADE DOS PORTADORES DE
NECESSIDADES ESPECIAIS EM EDIFICAÇÕES POPULARES
NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE**

Relatório de Pesquisa

Campina Grande

2014

EULER SOARES FRANCO

**ESTUDO DA ACESSIBILIDADE DOS PORTADORES DE
NECESSIDADES ESPECIAIS EM EDIFICAÇÕES POPULARES
NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE**

Relatório de pesquisa apresentado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão (Nupex) do Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento (Cesed) de acordo com o que preconiza o regulamento.

**Campina Grande,
2014**

RESUMO

A acessibilidade está relacionada ao direito de ir e vir garantido pela Constituição Federal, independente de quais quer limitação física que o indivíduo possua. Entretanto o que se observa é que este direito é muitas vezes suplantado inclusive no ambiente residencial, onde se espera que o indivíduo possa ter maior conforto e liberdade. O objetivo principal foi estudar parâmetros de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência física em edificações de baixa renda de acordo com os padrões estabelecidos pela ABNT 9050/08. A pesquisa foi realizada entre fevereiro e novembro de 2015, no município de Campina Grande, PB. As áreas visitadas foram identificadas como A1, A2, B e C, localizados no bairro de Bodocongó. Ao final da pesquisa concluímos que os apartamentos seguem os padrões de construções populares do Governo. Cada bloco possui um apartamento adaptado para pessoas portadoras de necessidades especiais. Dentre os itens avaliados alguns divergem do padrão para este tipo de construção, este fato foi comprovado quando foram feitas medidas as medições, sete no total, mas quatro deles não seguiam o padrão ABNT 9050/08, embora a diferença encontrada entre os valores medidos e os estabelecidos pela norma são muito pequenos, e não comprometem o padrão de qualidade estabelecido.

Palavras-chave: Acessibilidade. Necessidades especiais. ABNT 9050/08

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
FUNDAMENRAÇÃO TEÓRICA.....	6
METODOLOGIA.....	8
DESENVOLVIMENTO	10
CONCLUSÕES.....	13
REFERÊNCIAS.....	14

INTRODUÇÃO

A acessibilidade urbana e a inclusão social são temas cada vez mais atuais e urgentes, todavia ainda muito negligenciados, especialmente entre as populações de baixa renda. A acessibilidade esta relacionada ao direito de ir e vir garantido pela Constituição Federal no seu artigo 5º, independente de quais quer limitação física que o indivíduo possua. Entretanto o que se observa é que este direito é muitas vezes suplantado, inclusive no ambiente residencial, onde se espera que o indivíduo deva ter maior conforto e liberdade. O direito a moradia e que esta seja compatível ás necessidades do indivíduo não é um luxo é antes uma questão de qualidade de vida assegurada tanto do ponto de vista legal quanto normativo, e que deve ter como referência os parâmetros pré-estabelecidos pela ABNT 9050/2008.

Objetivo: Esta pesquisa teve como objetivo principal estudar parâmetros de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência física em edificações de baixa renda de acordo com os padrões estabelecidos pela ABNT 9050/08

FUNDAMENRAÇÃO TEÓRICA

O direito de ir e vir, a cidadania e a equidade entre as pessoas são direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, nos dias atuais este direito também é denominado de acessibilidade, que nada mais é do que a facilidade de se conseguir bens de consumo desejados. Esta relacionada com a oportunidade que os indivíduos têm de se inserir u participar de uma ou mais atividades oferecidas no sistema. Sabe-se, porém, que muitas vezes o direito de acesso pode ser limitado por alguma deficiência física. O acesso universal é um direito e uma questão cultural, fundamental para o processo de inclusão social. A falta dele “é fruto não de uma incapacidade o individuo, e sim de um meio deficiente, que limita e segrega as pessoas com diferentes condições físicas, mentais e sensoriais” (VAZ, 2008, p. 58), temporárias ou permanentes.

De acordo com os dados do IBGE (2000) cerca de 24,5 milhões de brasileiros, aproximadamente 14.5% da população possui algum tipo de deficiência. Deficiência física é todo comprometimento da mobilidade, coordenação motora geral ou da fala, causado por lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas ou ainda por má formação congênita ou adquirida (ADEFI, 2004). A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência u com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

É imperativo, portanto, que a acessibilidade torne-se um ditame principal nas relações da sociedade para com seus integrantes portadores de deficiência, abrangendo um amplo conjunto de aspectos: emprego, saúde, educação, reabilitação, etc., e também o espaço urbano e edificado que deve receber o portador de deficiência livre de barreiras arquitetônicas e urbanas.

Não obstante a legislação e a normatização referentes aos acessos urbanos, o que se observa na pratica é a falta de acessibilidade nos ambientes em geral, inclusive nas edificações residenciais. Cirico (2001) destaca que entre os diversos tipos de ambiente construídos a habitação é o espaço mais importante para o ser humano, pois é nele que o

usuário apropria o espaço, transforma-o segundo suas necessidades, buscando encontrar sua identidade e fazendo prevalecer seu direito à privacidade e ao convívio familiar.

O problema da acessibilidade nas edificações residenciais é agravado pelo elevado déficit habitacional no Brasil, de aproximadamente 6,5 milhões de unidades (IBGE, 2000). Além disso, é importante notar que cerca de 50% dos portadores de deficiência situam-se na faixa de renda mais baixa, ou seja, menos do que três salários mínimos. Apesar disso, verifica-se que a grande maioria dos conjuntos habitacionais projetados para abrigar as classes economicamente menos favorecidas geralmente não tem incluído a acessibilidade como requisito mínimo de projeto (SANTOS, 1997)

PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A pesquisa foi realizada entre fevereiro e novembro de 2015, no município de Campina Grande, PB. As áreas visitadas foram identificadas como A1, A2, B e C, localizados no bairro de Bodocongó. Os apartamentos serão destinados à população que ainda não dispõe de casa própria, especialmente aos servidores públicos municipais. Foram construídos 576 apartamentos. Os itens avaliados durante as visitas foram altura da pia da cozinha, altura do tanque da área de serviço, altura do interruptor e altura da pia do banheiro, entretanto foram feitas observações em outros itens como o rebaixamento da guia das calçadas, estacionamento preferencial.

Durante o período da pesquisa foi feito um estudo da norma da ABNT 9050/2008, ao mesmo tempo foram feitas visitas a edificações de residenciais de baixa renda (conjuntos habitacionais) e visitas a edificações residenciais em construção onde será analisada a observância ou não dos princípios estabelecidos pela ABNT 9050/2008 em obras residenciais de baixa renda.



Figura 01. Mapa da Cidade de Campina Grande
Fonte: IBGE. <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=250400>
. Acesso 18/12/2014.

A cidade de Campina Grande está situada na região leste do estado da Paraíba, possui uma área de 644,10 km², faz divisa ao Norte com os municípios Lagoa Seca, Massaranduba, Pocinhos e Puxinanã; ao Sul com Boqueirão, Caturité, Fagundes e Queimadas; ao Leste com Riachão do Bacamarte; e a Oeste com Boa Vista e está

distante 130 Km da capital João Pessoa. De acordo com o IBGE a população de Campina Grande é de 385.213 habitantes.

DESENVOLVIMENTO

Quando analisamos as informações coletadas na visita aos condomínios, Residencial Vila Nova da Rainha I e do Residencial Vila Nova da Rainha II foi possível observar que o acesso aos apartamentos dos pavimentos superiores ao térreo é feito apenas por escadas de 1,50cm de largura, medida estabelecida pela NBR, entretanto observou-se que de acordo com o projeto está sendo construído um fosso, onde futuramente, caso os moradores sintam a necessidade, poderão fazer a instalação de um elevador. Durante a visita foram tomadas algumas medidas de maneira aleatória para posteriormente conferir se estas medidas estabelecidas pela empresa estavam realmente dentro dos padrões estabelecidos pela norma, as quais são apresentadas na Tabela 01.

Tabela 01. Dimensões estabelecidas pela ABNT e as adotadas pela empresa nos empreendimentos visitados A1 e A2.

ITEM OBSERVADO	EMPRESA	ABNT 9050/2008
Largura das Portas	0,90 cm	0,90 cm
Altura da pia da cozinha	0,88 cm	0,73 cm - 0,85 cm
Altura do tanque da área de serviço	0,81 cm	0,80 cm
Altura do interruptor	1,10 m	0,60 cm – 1,00 m
Altura das tomadas	0,40 cm	0,40 cm – 1,00 m
Altura da bacia sanitária	0,35 cm	0,43 cm – 0,45 cm
Altura da pia do banheiro	0,82 cm	0,80 cm

É possível observar na tabela 01 que a empresa não segue na sua totalidade os padrões adotados pela ABNT 9050/2008 em alguns quesitos observados, ou seja, nesta visita fora observados sete itens quatro deles não seguiam o padrão ABNT. O acesso aos blocos de apartamentos é feito por meio de rampas de 0,99cm de largura, mas o recomendado pela ABNT fica entre 1,50m e 1,20m, e altura variada, A porta principal de acesso ao bloco possui 0,83cm, onde o recomendado pela ABNT é 0,90 cm, As vagas de garagem dos apartamentos para portadores de necessidades são em local

diferenciado, e há uma vaga exclusiva na lateral do bloco. A vaga está dentro dos padrões e medidas exigidas na norma e ainda possuem sinalização adequada.

Quando analisamos as informações coletadas na visita aos condomínios, Rua Emiliano Rosendo Silva, 237, Novo Bodocongó, Residencial Dona Lindú IV, Campina Grande – PB; foi possível observar que o acesso aos apartamentos dos pavimentos superiores ao térreo é feito apenas por escadas de 1,50cm de largura, medida estabelecida pela NBR. São edificações horizontais com 16 blocos, 4 pavimentos por bloco, como pode ser observado na Figura 02



Figura 02. Vista dos apartamentos do Residencial Dona Lindú IV
Fonte: Tailine Mendes

Este residencial atende todos os pontos mínimos de porcentagem de alturas de rampas de acesso aos apartamentos, e caminho ao salão de festas. Porém, não conseguimos calcular a declividade do acesso de quem chega ao residencial. A qual não parece se encaixa ao padrão mínimo da NBR.

Quando observamos o acesso ao salão de festas, vimos que há uma única entrada de acesso ao mesmo, de acordo com a figura 03. O condomínio já recebeu varias reclamações, e já ocorreram casos de varias pessoas precisarem empurrar um cadeirante, devido a altura do nível da passarela de acesso. Outro fato que também chama atenção é a rampa de acesso aos apartamentos que pessoas idosas, com dificuldade de locomoção e cadeirante encontram dificuldade devido a inclinação, como

pode ser observado na figura 04. Verificamos também que só existe um único acesso para todos os bloco aos deficientes.



Figura 03. Vista da rampa de acesso ao salão de festas do Residencial Dona Lindú IV
Fonte: Tailine Mendes



Figura 04. Vista da rampa de acesso aos apartamentos do Residencial Dona Lindú IV
Fonte: Tailine Mendes

CONCLUSÕES

Os apartamentos seguem os padrões de construções populares do Governo. Cada bloco possui um apartamento adaptado para pessoas portadoras de necessidades especiais. Alguns itens avaliados divergem do padrão para este tipo de construção, este fato foi comprovado quando foram feitas as medições, sete no total, mas quatro deles não seguiam o padrão ABNT 9050/08, entretanto a diferença encontrada entre os valores medidos e os estabelecidos pela norma são muito pequenos, tal fato nos faz levantar a hipótese de ter havido imperícia na tomada de medida pelo pesquisador. Mesmo não havendo a exigência de elevador neste tipo de construção, a empresa se preocupou em deixar um espaço em cada edificação para uma construção futura de acordo com a necessidade dos moradores.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRAILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT NBR 9050/08. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos intitulada Rio de Janeiro, 2008.
- ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTE FÍSICO VALE DO RIO PARDO. Manual para inclusão Social das Pessoas com Deficiência: Um mundo para todos. Vale do Rio Pardo: ADEFI. VRp, 2004.
- CÍRICO, L. A. Por dentro do espaço habitável: uma avaliação ergonômica de apartamentos e seu reflexos nos usuários. 2001. 140 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis, 2001.
- IBGE. Censo Demográfico 200: características da população e dos domicílios – resultado do universo. Rio de Janeiro, 2000
- VAZ, D. Acessibilidade á paisagem. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2008.
- SANTOS, M. *et al.* Avaliação de projetos de habitação no Brasil: decisões de projetos, espaço e acidentes domésticos. Salvador, BA. 1997. p 508 – 512. In: ENCONTRO NACIONAL DE CONFORTO CONSTRUÍDO, 4., Salvador, 1997. Disponível em: <<http://www.infohab.org.br/>> Acesso em: Set 2013.